

DOSSIÊ
**DIREITOS HUMANOS
E PESQUISA EM PRISÃO
NO BRASIL E NA
COMUNIDADE
INTERNACIONAL**



Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão

From Street People to Prison Population: Women, Street and Prison

Helena Patini Lancellotti

Estudante de mestrado do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: helena.lancellotti@gmail.com

RESUMO

O intuito da pesquisa é demonstrar, por meio de narrativas de seis mulheres com trajetórias de rua que estavam presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, que algumas existências são invisíveis para o Estado. O modo de gestão do Estado está baseado na biopolítica em que o objetivo é gerir através de taxas populacionais que dizem respeito à vida humana. As pessoas que estão fora dessas taxas não são contadas, o que torna suas existências invisíveis frente aos mecanismos de poder. As vidas destas mulheres com trajetórias de rua são reconhecidas pelo Estado a partir do momento em que passam a fazer parte da população carcerária, sendo que quando podem ser reguladas pelos mecanismos de poder é que suas existências são reconhecidas e conseguem acesso a serviços básicos de subsistência.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres presas – Antropologia do Estado – Mulheres em situação de rua

ABSTRACT

The research's objective is to demonstrate, by means of six women narratives with street trajectories in custody at Women's Penitentiary of the Federal District, that some lives are invisible to the State. The State management is based on biopolitics, in which the goal is to work through population rates that pertain human life. People who are outside these rates are not counted, which makes their lives invisible towards the mechanisms of power. The lives of these street trajectory women are recognized by the State from the moment they become part of the prison population, where they can be regulated by mechanisms of power, that's when their lives are recognized and gain access to basic subsistence services.

KEY WORDS

Women in prison – Anthropology of the State – Women in the street



Introdução¹

O intuito deste estudo foi demonstrar, por meio de narrativas de mulheres com trajetórias de rua que estão em regime de privação de liberdade, que algumas existências não são visíveis para o Estado. O modo de gestão do Estado está baseado na biopolítica (FOUCAULT: 2002), em que o interesse está na manutenção do corpo social da sociedade e não apenas no corpo individual. Um dos seus objetivos é o de gerir através das taxas populacionais que dizem respeito à vida humana, como natalidade, mortalidade, longevidade e demais indicadores. As pessoas que estão fora dessas taxas não são contadas, o que torna suas existências invisíveis frente aos mecanismos de poder que atuam sobre números.

As mulheres, quando viviam nas ruas, não eram contadas pelos grandes censos do país, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que tem como base de coleta de dados o domicílio. Cinco das seis mulheres que entrevistei não possuíam nenhum tipo de documentação civil quando viviam nas ruas. Não possuir documentação em uma cultura como a brasileira, em que os registros possuem um forte valor simbólico no reconhecimento dos indivíduos, é ter a sua identidade contestada e até mesmo negada em alguns contextos (PEIRANO: 2006).

Elas também não fazem parte do objeto de controle do Estado, a população, mas sim do que denomino como o “povo da rua”. Fazem parte do povo da rua os seres que não são captados pelos mecanismos de poder, os que escapam das estatísticas e demais taxas que as políticas utilizam para a gestão. Ser povo da rua é ser invisível para o Estado. Não ser percebido é estar à margem também de serviços básicos, como assistência, direito a moradia, alimentação e segurança. As mulheres que entrevistei se tornam visíveis para o Estado quando são presas. É no presídio que passam a ter acesso a serviços de subsistência que antes não possuíam nas ruas. O povo da rua se torna população quando é encarcerado.

Partindo de uma perspectiva feminista e de ideais baseados nos direitos humanos, meu intuito é contar as narrativas de mulheres que antes eram



1. O presente artigo é resultado do seu trabalho de final de curso, sob orientação da Prof. Dra. Débora Diniz, defendido em 2013, para obter o título de bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

incontáveis. Pretendo tecer a minha contribuição sobre a realidade dessas mulheres dentro da Antropologia, um campo que ainda pouco se debruça sobre as temáticas de pessoas com trajetórias de rua e prisão. Contar suas narrativas foi uma tentativa de perceber as suas próprias existências, pois “ser contado é uma forma de existir” (DINIZ, 2012, p. 13).

O povo da rua

Realizar estudos sobre pessoas que têm trajetórias de vida nas ruas é um grande desafio para as ciências humanas e sociais, e também para organismos que propõem políticas públicas. As dificuldades se referem principalmente à ausência de um conceito que consiga englobar todos os indivíduos que vivem no espaço público e o desafio em se estabelecer metodologias, para se estudar pessoas que não possuem uma residência fixa. A complexidade de definir um conceito se deve ao fato de que esses indivíduos são um grupo heterogêneo, ou seja, apesar de terem em comum o fato de viverem nas ruas, existem diversas especificidades entre as vivências (FERREIRA & MACHADO: 2007).



O conceito de “população em situação de rua” é o termo utilizado, no Brasil, pelas instituições que promovem políticas públicas como forma de categorizar as experiências singulares dos indivíduos que têm suas vivências nas ruas. A população em situação de rua, de acordo com o decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua, é:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL: 2009)

O termo “população em situação” de rua surgiu como uma forma de substituir conceitos com uma forte carga de estigma, como “mendigo”, “morador de rua”, “sofredor da rua” e demais categorias que tentavam abarcar a totalidade das experiências de pessoas com vivências no espaço público. Essa é uma tentativa de adequar essas pessoas com experiências diversas

dentro de uma normalidade e também uma forma de gestão deste grupo (SCHUCH & GEHLEN, 2012).

Classificar as pessoas com vivências nas ruas como pertencentes a uma população é uma forma de exercer um controle sobre suas vidas. Pertencer a uma população é fazer parte de um corpo social que é alvo de intervenção de um Estado, o qual utiliza as taxas demográficas como uma das maneiras de gerir os indivíduos (FOUCAULT, 2002). A tentativa de enquadrar indivíduos com trajetórias de rua em uma população não é apenas uma forma de controle sobre seus corpos, mas uma forma de se pensar políticas públicas para esse grupo. É também uma maneira de criar uma categoria, para se realizar a contagem dos indivíduos que têm suas vivências marcadas por um deslocamento nômade, seja devido à expulsão dos territórios em que estavam instalados ou à busca de recursos para a sobrevivência (FRANGELLA, 2004).

Por não possuírem um domicílio fixo, não são contados pelas estatísticas do IBGE, um dos mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para a realização de um perfil da população. A primeira e única experiência de contagem desse grupo, em nível nacional, foi a Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2008), realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O censo foi realizado em 71 cidades do país e apenas recenseou pessoas com idade superior a 18 anos. Não foram incluídas na pesquisa as capitais de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, pois elas estavam realizando o censo em nível municipal. A iniciativa foi importante para conhecer o perfil das pessoas que viviam nas ruas, porém não abarcou o total de indivíduos nessa situação. Essas pessoas ainda são um grupo incontável frente aos mecanismos que o Estado utiliza como gestão (SCOREL: 2000)

Existem iniciativas estaduais de contagem dessas pessoas, mas não existe um consenso sobre as metodologias utilizadas. Não ter um padrão para esses estudos traz impossibilidades no que diz respeito à comparação dos resultados encontrados nas pesquisas locais, assim como uma dificuldade em realizar uma soma total das pessoas com trajetórias nas ruas.

O termo “situação de rua” também denota uma forma específica de vivência: a de que o território das ruas é um local de transição e não fixo, como



a categoria de morador de rua sugere. A rua, na sociedade contemporânea, não é um espaço para se fixar e para criar vínculos, mas sim para se utilizar apenas como passagem. Os indivíduos que ali estiverem devem ser retirados do local, para assim se preservar o patrimônio das cidades (FRANGELLA: 2005).

Aliado a essas quebras, soma-se o alto número de pessoas com trajetórias de ruas que não possuem documentos de identidade, o que dificulta o acesso a serviços básicos: “24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania” (BRASIL, 2008, 12). Não possuir meios de ser contado e visibilizado pelo Estado é também estar à margem de grande parte das políticas públicas.

A minha opção, neste estudo, por se tratar narrativas de mulheres com trajetórias nas ruas por um período superior a 10 anos, será a de não utilizar o termo “pessoa em situação de rua”, pois as vivências das participantes da pesquisa nesse espaço não foram situacionais. Elas viveram nas ruas por um longo período de suas biografias, o que demonstra não ter sido algo transitório, mas sim um espaço de vivência permanente. O termo “população” também não será utilizado, pois não se trata de um grupo que consegue ser contado e controlado pelos mecanismos que o Estado tem para gerir as taxas populacionais, como os censos nacionais.

As mulheres entrevistadas não possuem documentos e não fazem parte das estatísticas que permitem traçar um perfil e uma contagem das pessoas que vivem em determinado território. Possuir um documento na sociedade contemporânea urbana é ter uma existência perante um Estado que tem o seu modo de governar embasado em estatísticas, um modo de gerir baseado no que Michel Foucault (2002, 2008) chama de biopolítica. Não ser contado é não ser reconhecido como uma vida por essa nova estratégia de controle, que gere com base em números e taxas.

A biopolítica é uma tecnologia de poder que não tem mais apenas como foco o controle de corpos individuais, mas sim do indivíduo como espécie humana, os indivíduos como um todo. Essa nova tecnologia do poder tem o intuito de conhecer: “...um conjunto de processos como a proporção



dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc.” (FOUCAULT, 2002, p. 290). A biopolítica utiliza os mecanismos disciplinares, como a vigilância e a punição, assim como as estatísticas sobre taxas de mortalidade, longevidade e nascimento para exercer o controle do novo corpo social que se forma, a população.

É a população, esse corpo social numerável e múltiplo (FOUCAULT: 2002), que é o novo objeto de intervenção do poder. Cabe aos mecanismos de poder realizar sobre este alvo:

(...) Previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 2002, p. 293).

Estar fora das estatísticas que o Estado utiliza para governar é não fazer parte de uma população e também estar à margem das políticas que o governo utiliza, para aumentar a expectativa da vida humana e controlar as taxas e os indivíduos. As pessoas que não são contadas, como as mulheres da presente pesquisa, que não possuem documentos ou não estão presentes nos censos, objetos estes que servem para identificar e contar os humanos, fazem parte do povo.

O conceito de povo foi utilizado brevemente por Michel Foucault em seu livro *Segurança, Território, População* para definir a massa que não compartilhava dos mesmos atributos do restante da população. O povo é quem estava fora dos mecanismos de controle do Estado, quem estava à margem da biopolítica: “Aqui também, nesse desenho que começa a esboçar a noção de população, vemos estabelecer-se uma divisória na qual o povo aparece como sendo, de maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste e subsiste num nível ótimo”. (FOUCAULT, 2008, p. 58).

Na Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2008) não existe um recorte de gênero, não se sabe ao certo quem são essas mulheres com vivências nos espaços públicos, o que fazem para sobreviver, as violências pelas quais passam. Não se sabe ao certo o número de mulheres que sobrevivem nessa



situação; sabe-se apenas que são minoria, quando comparadas aos homens com trajetórias no espaço público. Não ser contável é estar à margem de políticas que visam o bem-estar da população e que têm o intuito de promover o prolongamento da vida, pois “o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências (...)” (FOUCAULT, 2002, p.295).

Metodologia

A pesquisa realizada para essa monografia faz parte do projeto “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, financiado pelo CNPq juntamente à Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. O projeto de natureza quantitativa e qualitativa tem como objetivos: traçar um perfil da população custodiada no Presídio Feminino do Distrito Federal; definir estudos de casos dentro da instituição e realizar pesquisas, para se pensar em políticas públicas para essas mulheres.²



Das 277 mulheres entrevistadas na pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, 47 responderam que sim à pergunta “Você já morou na rua?” do questionário aplicado. O primeiro recorte que fiz foi em relação ao tempo em que citaram terem vivências nas ruas. Minha escolha foi a de trabalhar com mulheres que responderam que viveram no espaço público por um período superior a doze meses, o que considero, neste trabalho, como uma estadia de longa permanência.

Dentro desse universo de mulheres com trajetórias de rua por um tempo superior a doze meses – um grupo de 17 presas –, optei por um realizar um segundo recorte. Apenas entrevistaria mulheres que não recebiam visitas e que não recebiam nenhum tipo de auxílio externo. Seis mulheres citaram não receber visitas. Elas foram então organizadas em dois subgrupos: a das mulheres migrantes, ou seja, as que não nasceram no Distrito Federal, e o

2. O projeto compreendeu duas fases: a primeira consistiu em realizar um levantamento das informações contidas nos dossiês das mulheres com sentença custodiadas no Presídio Feminino do Distrito Federal (PFDF). A segunda etapa foi a aplicação de um questionário estruturado com as mulheres sentenciadas, que compreendia dados demográficos da presa, assim como questões de escolaridade, uso de drogas, visitas, documentação, sobre vivências na rua, dentre outras questões.

das mulheres sem documentação. Foram utilizados dois roteiros semiestruturados para as entrevistas: um para as mulheres migrantes e outro para as que citaram não ter documentos. A diferença entre os dois instrumentos de pesquisa está apenas nas questões relativas à migração. As perguntas sobre documentos estavam presentes nos dois questionários. Um dos intuitos do roteiro foi o de recuperar, na memória das entrevistadas, a vivência nas ruas.

O trabalho de campo no Presídio Feminino

A prisão é um espaço onde as mulheres que ali estão são privadas de sua liberdade e também reguladas. Existem horários para todas as atividades, dias específicos para se receber visitas, performances corporais também reguladas, como no momento em que a presa vira as costas quando existem pessoas do mundo externo nos pavilhões da prisão. É possível notar normatizações também na fala, pois o tratamento que é dado a quem não está preso é permeado por pronomes de tratamento como “sim, senhora” e “sim, senhor”.

Atrás das grades, não existe o direito de ir e vir. As presas em regime fechado não podem, por exemplo, sair de trás dos muros da prisão, a menos que tenham uma autorização judicial para a saída. Não existe o individual, pois são tratadas como um coletivo. As regras são para todas, assim como as punições, pois, se uma desobedece a uma norma e não se coloca como culpada, todas da cela são punidas. Realizar o trabalho de campo em um espaço como o descrito acima é então estar ciente de que algumas regras também terão que ser respeitadas e que o seu acesso também será realizado de acordo com as normas.

A marcação de uma entrevista com uma mulher que não está presa é realizada diretamente com a entrevistada: marca-se um horário e um local com essa pessoa, tudo isso de acordo com a disponibilidade de quem irá dar o seu depoimento. No presídio, a marcação das entrevistas era feita diretamente com a direção da instituição, com o consentimento anterior do juiz da vara de execuções penais.

A entrevistada era retirada de sua cela por uma agente e era informada sobre a pesquisa apenas no momento em que estava à minha frente, quando eu apresentava o estudo e perguntava se ela aceitava participar. Nenhuma



das participantes recusou participar da entrevista. Todas as idas a campo foram realizadas em duplas, mas apenas eu conduzi as entrevistas deste estudo. Assim que chegávamos ao presídio, depois de passar pelos portões da entrada e deixar lá nossas identidades e aparelhos eletrônicos, dirigíamos-nos para o local definido pela direção para realização das entrevistas.

Todas as entrevistas da presente pesquisa foram realizadas no Núcleo de Ensino (NUEN), um espaço onde ocorrem as aulas e também os demais cursos e oficinas oferecidos no presídio. As salas são uma espécie de cela, possuem grades e cadeados e ficam dispostas em um corredor, com salas tanto à direita quanto à esquerda. Apenas conseguíamos passar por esse corredor quando todas as celas estavam devidamente fechadas. Nenhuma das agentes teve acesso ao espaço, enquanto realizávamos as conversas. As entrevistadas também não estavam algemadas no momento do encontro.

A vigilância também estava sobre os corpos da equipe de pesquisadoras da qual fiz parte. Não podíamos entrar no presídio com celular, nossos documentos de identidade eram deixados na recepção e não podíamos usar roupas pretas, amarelas ou brancas³. Se fossemos a campo sem documentação não poderíamos entrar nas dependências do presídio. Algumas restrições também nos foram colocadas, como não responder a nenhuma demanda que as mulheres poderiam nos fazer. Nossa tarefa, como pesquisadoras, era a de anotar as demandas que remetiam à direção e não atender àquelas que poderiam causar problemas dentro da instituição.



Quem são elas?⁴

As seis mulheres entrevistadas possuem idades entre 23 e 30 anos. Em relação à naturalidade, apenas duas nasceram no Distrito Federal, enquanto as outras quatro nasceram em outros estados. O tempo que viveram nas ruas varia entre 13 e 17 anos. Em relação à situação conjugal, três das entrevistadas citaram serem solteiras, uma citou ter um namorado e duas citaram ter um companheiro. Os companheiros das duas mulheres também estão

3. Não podíamos entrar no presídio com a cor preta porque esta é a cor do uniforme das agentes penitenciárias e dos demais funcionários relativos à segurança. As roupas brancas são para identificar as mulheres custodiadas na PPDF. A amarela caracteriza as visitas.

4. Por se tratar de um grupo pequeno, optei por não apresentá-las individualmente, para que assim as entrevistadas não sejam identificadas. Outros dados ou falas que possam comprometer as suas identidades também serão omitidos.

presos. Sobre o nível de escolaridade antes de terem sido presas, três responderam que não foram alfabetizadas. Duas das participantes citaram ter concluído o ensino fundamental, enquanto uma citou ter sido alfabetizada.

De acordo com as mulheres, os desentendimentos familiares se mostraram como um dos principais fatores para a ida às ruas. Das seis participantes, três citaram terem saído de suas casas devido a problemas com a família. Uma das mulheres citou que precisou sair do estado em que nasceu, porque o seu pai não aceitava o neto.

Outra entrevistada disse ter saído de casa após a morte de sua mãe, pois não conseguia conviver com as irmãs. Ainda em relação à quebra das relações familiares, uma das participantes citou ter ido para as ruas porque estava sob ameaça de violência sexual por parte de seus primos. Em relação às outras participantes, uma disse ter deixado o marido e os filhos para viver nas ruas devido às drogas. Outra entrevistada disse ter iniciado a sua vivência na rua, para acompanhar a mãe que já estava neste local. A última entrevistada se coloca como “menina de rua”, pois não conheceu seus pais e nenhum dos seus familiares. Sua trajetória foi marcada por instituições de abrigo e por vivências na rua.

Das seis entrevistadas, apenas uma recebe visitas na prisão⁵. Elas não possuem mais contato com a família, sendo que, em muitos casos, os familiares nem sabem sobre a prisão da mulher. É essa ruptura com a família, na maioria das narrativas, que leva a vivências nas ruas. Soma-se a isso o fato de existirem mulheres migrantes dentre as entrevistadas, ou seja, participantes que saíram de seus estados e deixaram as redes de apoio na cidade de origem, situação que distancia ainda mais os laços e dificulta um possível contato familiar, caso necessário.

Em relação à documentação, apenas uma citou possuir documentos quando vivia nas ruas; as outras cinco entrevistadas não possuíam nenhum tipo de registro que pudesse identificá-las. Atualmente, apenas duas das participantes da pesquisa não possuem nenhum tipo de documento, enquanto as outras três conseguiram tirar a carteira de identidade no presídio.

5. Na época da aplicação do questionário do projeto, todas citaram não receber visitas e não ter nenhum contato com a família. Nas entrevistas que realizei para a monografia, quando refiz essas questões, uma disse que tinha contato com uma relação externa. O seu ex-marido, ao descobrir que ela estava presa, passou a visitá-la e é também quem cuida dos seus filhos.



Os documentos servem como uma forma de o Estado contar pessoas e de realizar um reconhecimento sobre as suas existências, sendo que “documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir deveres” (PEIRANO, 2006, p. 26). Possuir ou não esses papéis legitimados pelo Estado é uma das formas de garantia de reconhecimento de cidadania perante uma nação e também de realizar uma contagem sobre essa população. Perder um documento que lhe dá um *status* de cidadã, como a carteira de identidade, é perder também a sua própria identidade (PEIRANO: 2006).

Em relação às dificuldades que sentiram, por não possuir documentação, estão a de não conseguir realizar uma cirurgia pelo sistema de saúde público; não conseguir um emprego e não conseguir retirar um dinheiro que lhe pertencia. Não possuir documentos é estar invisível e ter dificuldades em ter acesso a serviços básicos, pois quem não possui documentação não é reconhecido como sujeito.



O fato de as mulheres entrevistadas não possuírem documentação quando foram apreendidas pela polícia não impediu que fossem presas. O nome próprio serve como uma forma de identificar a pessoa que cometeu o crime, para puni-la, mas não como uma forma para o acesso a serviços básicos de subsistência. Para ser inserido no sistema carcerário, não é necessário possuir papéis que identifiquem o sujeito, como cita uma das entrevistadas, quando indagada sobre como foi o processo de entrada na prisão sem possuir documentos:

Não pediram documento, não. Chegou lá, aí eles puxaram no computador, aí falaram: ‘É você mesmo’. Eu falei: ‘Tem certeza que sou eu?’. Ele falou: ‘Absoluta, é você, você que é a X (nome dela)’. Eu falei: ‘Sou, mas tem quantas X no mundo?’. Ele falou: ‘Não, mas é você mesmo’. Aí identificou lá e me trouxe.

No presídio, não possuir documentos também traz uma série de dificuldades no acesso a serviços básicos. Para conseguir trabalho externo e se matricular em determinados cursos é necessário que se tenha algum tipo de registro que comprove a sua existência. Outro problema é o de que a mulher só pode conseguir a mudança de regime, por exemplo, de fechado

para aberto, caso tenha documentação. Para conseguir a liberdade também é necessário possuir esses papéis, para que o Estado consiga manter o controle sobre o indivíduo.

A vida dessas mulheres com longas trajetórias de rua e que não recebem visitas podem ser pensadas a partir das ideias de Judith Butler (2010) sobre as vidas precárias. Para a autora, todas as vidas são precárias, pois dependemos de redes políticas e sociais para existirmos. Nossas vidas estão sempre nas mãos de outras pessoas, o que nos torna bastante vulneráveis. Todas as vidas são precárias, mas existem graus de precariedade que são estabelecidos pelos mecanismos de poder que criam os afetos, as maneiras pelas quais nos aproximamos e reconhecemos os indivíduos. Para que uma vida tenha importância e seja reconhecida como vida, o seu corpo precisa ser digno de luto.

São os marcos formulados pelas relações de poder que irão estabelecer quais vidas são enlutáveis, dignas de serem protegidas e de terem condições para poder existir. Para a autora, o valor de uma vida está no seu momento de luto, no momento em que a sua perda é digna de lágrimas: “Apenas em condições em que a perda pode se ter importância é que aparece o valor da vida. Assim, a capacidade de ser chorado é um pressuposto para que uma vida importe” (BUTLER, 2010 p. 31, tradução nossa). Não fazer parte de uma vida que é digna de luto é também estar à margem de serviços básicos, como acesso a saúde, moradia, educação e emprego, serviços que são mais acessíveis para as pessoas cujas vidas são reconhecidas.



Rotina nas ruas

O cotidiano dessas mulheres era marcado pelo exercício de alguma atividade remunerada, pela realização de atividades de higiene pessoal, pelos percursos pela cidade e também pelo uso constante de drogas ilícitas e/ou álcool. As condições de sobrevivência na rua também são adversas; não existem condições dignas de moradia e segurança:

(...) Às vezes você não tem o que comer. Às vezes tem a época do frio, no tempo da chuva você tem que ficar dormindo debaixo dos blocos, aí tem pessoas que expulsam, que não gosta né, porque tem uns que usam cola, tem uns que usam thinner, aí já vem a discriminação.

As entrevistadas viviam em constante presença de medo, tanto por parte

da polícia e das políticas que expulsam os moradores dos locais em que estão, quanto das próprias pessoas que vivem nas ruas e também da própria sociedade que as estigmatiza. Viver na rua é estar exposta. Como cita uma das participantes:

(...) é difícil morar na rua, é complicado. Você corre perigo, tanto como ser estuprada, como você amanhecer morta. É a mesma coisa de você estar vivendo, tipo, por ameaça, entendeu? Porque você se sente ameaçado, você não se sente seguro, você sente ameaçado pela sociedade e pelas próprias pessoas que convivem do seu lado, por causa da droga, porque a droga modifica muitas pessoas, então é sem segurança nenhuma.

O uso de drogas era uma prática constante na vida das entrevistadas quando viviam nas ruas. Substâncias que vão desde o álcool até entorpecentes que não são legalizados no Brasil, como merla, thinner, cocaína e o crack. Na fala das participantes foi possível perceber uma rotina no uso de drogas. Como cita uma delas, sobre o uso do crack: “Eu estava usando muita droga, eu usava quinta, sexta, sábado, domingo. Quatro dias usando droga. Ficava só segunda, terça e quarta sem usar”.



A reflexão sobre o uso dessas substâncias e sobre os problemas que o consumo recorrente de drogas causou em seus organismos só ocorreu, entre as entrevistadas, a partir do momento que foram presas e não tiveram mais acesso aos entorpecentes. Foram recorrentes nas entrevistas falas sobre os malefícios do uso dessas substâncias, como o vício e a mudança no comportamento, tal qual cita uma delas:

Estou bem tranquila, estou mais calma. Quando eu cheguei aqui eu era muito nervosa e muito elétrica por causa do crack, então o sistema nervoso da gente fica muito agitado, a gente fica muito nervosa, porque qualquer coisinha a gente se altera.

Também foi possível perceber nas entrevistas uma reflexão sobre o que o uso causou nos seus corpos, como o emagrecimento e o envelhecimento. Como é possível observar no depoimento abaixo:

Depois que eu caí aqui dentro, esses anos que eu estou aqui, parece que aquela vida que eu vivia não era uma vida, sabe, como ser humano, porque não é uma vida pra uma mulher. Eu tinha minha beleza antes, perdi tudo, sabe, na pinga, no álcool, na pedra.

Os entorpecentes passam a ser percebidos como um problema em suas vidas apenas a partir do momento em que estão sob regime de privação de liberdade. Situação em que o acesso às substâncias é dificultado e em que um novo tipo de ordem é instalado sob os seus corpos, o do regime disciplinar das cadeias. Regime que as vigia e pune, caso as ordens sejam descumpridas. As drogas não eram apenas a única constante em suas trajetórias nas ruas, a violência também era uma prática recorrente.

Das seis entrevistadas, apenas uma citou não ter sofrido nenhum tipo de agressão. A violência praticada contra os corpos das mulheres com trajetórias de rua pode ser pensada como uma agressão contra um indivíduo que não é reconhecido como uma vida. Não ser reconhecido como vida é estar fora de um marco que delimita condições de inteligibilidade, ou seja, que seleciona quais existências podem ser reconhecidas e quais não, de acordo com os mecanismos de poder. Não ser reconhecido como uma vida é também estar mais vulnerável a ser exterminado, principalmente quando sua trajetória oferece perigo para as vivências que importam.

Os corpos fora dos marcos de reconhecimento “são vidas que não cabem nenhum duelo porque já estavam perdidas para sempre ou porque nunca foram vidas, e devem ser eliminadas desde o momento em que parecem viver neste estado moribundo” (BUTLER, 2006, p. 60, tradução nossa). A violência contra as vidas que não foram reconhecidas como tais pode então ser legitimada pelo fato de essas existências não serem de fato vidas. O corpo da mulher que vive na rua pode se colocar como um corpo que pode ser violado. O não reconhecimento de suas vidas as coloca como seres que podem ser agredidos, abusados, exterminados, pois ali não existe de fato uma vida digna de luto, apenas uma apreensão de sua existência física, da sua materialidade.

As mulheres que entrevistei também citaram terem sido vítimas de diversas práticas de violência por parte de policiais. Ações estas que envolviam agressões morais, psicológicas e físicas. Como cita uma das entrevistadas: “Outra vez, eles levaram a gente, bateram bastante, e depois largaram a gente por lá mesmo, aí apontaram a máquina (arma) pra gente e mandou a gente correr, sem olhar pra trás”.

A violência policial também entra como uma forma de tirar os corpos das



peças que habitam as ruas da frente dos olhos das vidas que estão dentro dos marcos. Como é possível perceber na fala a seguir: “Já apanhei muito da polícia, por causa de roubo, por causa de dormir lá atrás de um Banco, eles pegam e nos chutam, mandam a gente sair de lá”.

A polícia age dentro de uma política de higienização, como uma forma de limpar a cidade dos seres que fogem dos marcos do que é inteligível. Ela exerce a proteção de maneira diferenciada entre os corpos, extermina alguns, para proteger outros:

Certas vidas estão altamente protegidas e o atentado contra a sua santidade basta para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não gozam de um apoio imediato e furioso, e não se qualificam, inclusive, como vidas que ‘valham a pena’ (BUTLER, 2006, p. 58, tradução nossa).

A prisão

O processo de mortificação do eu (GOFFMAN: 1974) ocorre no momento da entrada da presa na instituição totalitária. O intuito é o de que a interna modifique sua personalidade anterior, para que adentre na nova disciplina na qual é inscrita. Esses processos incluem: a privação da liberdade individual e de privacidade; a falta de contatos com o mundo externo e com os pertences; a uniformização das roupas, a vigilância em relação aos horários e uma série de outras práticas que padronizam comportamentos, cujo intuito é fazer com que ocorra a perda da individualidade. Como cita uma entrevistada sobre a aderência a esse novo cotidiano: “Mexe muito com o psicológico da gente, tudo tem horário, tudo tem isso, então se você se atrasar, é castigo. É muita pressão”.

A punição coletiva é também algo que ocorre no presídio devido à perda da individualidade. Se uma custodiada fez algo que não condiz com a norma e não assumiu a culpa, todas da cela serão punidas, como uma forma também de exercer o controle das internas. Como cita a entrevistada sobre estar presa: “É você ter que ser humilhado e sair calado, e você ter que comer uma comida ruim, mas a pior, a pior coisa que eu acho é que nós estamos em 30 numa cela, acontece um fato, todas pagam”.

O presídio também é uma forma de modificar o pensamento das pessoas que foram presas. Através das vivências construídas dentro da instituição,



as mulheres acham uma lógica para o motivo de estarem ali. Acreditam que precisavam passar pelo cárcere, para perceber o valor da vida ou para perceber que o comportamento que tinham não era condizente com o modo pelo qual deveriam viver. A prisão institui, além de regras, comportamentos que moldam a forma pela qual elas pretendem levar suas trajetórias, quando conseguirem a liberdade, como é possível verificar nas falas abaixo:

Aqui é bom para as pessoas enxergarem a realidade e mudar de vida. É pensar nos objetivos, pensar realmente se quer continuar no crime ou sair. Eu já tomei a minha decisão, aqui eu não volto mais, para o mundo do crime eu não volto. Não pretendo usar mais droga, não pretendo roubar, não pretendo fazer mais nada de errado, porque eu achava que eu só vivia com a droga, aí agora que eu fui presa eu enxerguei a realidade.

O que mudou foi que eu parei pra pensar mais na minha vida, que a vida do crime não tem futuro, que eu engordei, fiquei mais bonita, entendeu?

Estar presa é não mais fazer parte do povo da rua, desses seres invisíveis e incontáveis que vivem no espaço público. É sair de um ambiente em que, apesar de existirem restrições relativas ao espaço, como a expulsão de pessoas que moram nas ruas de determinados locais, existe certa liberdade de ir e vir. Existe na rua também um menor controle sobre as suas vidas, não existe rotina delimitada por horários, as drogas são acessíveis e o regime de trabalho é flexível. As participantes da pesquisa passam a ter o acesso a serviços básicos de subsistência quando são presas. O presídio, mesmo com toda a sua estrutura de restrições, como a vigilância constante, a punição e a falta de liberdade, torna-se um lugar em que é possível ter acesso a serviços como assistência médica, alimentação e moradia.

A vida dessas mulheres era tão precária que é no presídio que elas passam a ter acesso a condições para se ter uma vida vivível, como cita uma das entrevistadas: “Independente, tem água, tem comida, tem roupa, tem tudo, tudo que você precisa aqui tem, tem remédio, tem tudo”. O cárcere, além de ser visto como uma instituição que oferece condições básicas para o exercício de uma vida, é também percebido como um local que trouxe benefícios para suas próprias existências, principalmente no que diz respeito às drogas. Foram recorrentes nas falas a abstinência do uso de drogas na prisão e os benefícios que não usar mais essas substâncias trouxeram às suas vidas:



Eu acho que foi até melhor eu ter vindo, se eu num viesse eu acho que eu ia morrer, porque eu estava fumando muita droga, dia e noite, dia e noite. Tudo no crack. E eu acho que eu cheguei aqui praticamente morta né, porque eu estava muito magra.

Tipo uma casa de recuperação (a cadeia), porque na rua nós estamos nas drogas, aqui a gente não faz nada disso (...) Eu engordei, me acho mais bonita do que usando droga, eu estou andando limpa, me alimento bem.

A prisão funciona como, nas palavras de uma entrevistada, uma clínica de reabilitação. No presídio acesso às drogas é mais restrito do que nas ruas, devido à vigilância a que são submetidas e também ao fato de não possuírem meios para comprar tais substâncias, caso quisessem, visto que, das seis entrevistadas apenas uma citou receber visitas.

A Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), de acordo com as entrevistadas, possui problemas relacionados à sua estrutura, como a superlotação de celas, falta de corpo médico maior para atender as internas, falta de variedade em termos de alimentação e de produtos relacionados à higiene pessoal. Apesar de todas as críticas, a qualidade de vida dentro das grades, de acordo com a maioria das entrevistadas, era melhor do que a que possuíam nas ruas. No presídio é que conseguiram ter acesso a serviços que deveriam ser de todos os indivíduos, como moradia, segurança, saúde e alimentação.

Essas respostas, apesar de fazerem sentido frente às vulnerabilidades a que as existências das entrevistadas estiveram expostas, devem ser problematizadas. Problematizar as palavras das participantes não significa desconfiar da veracidade das informações, mas é uma forma de entender o próprio espaço que elas vivenciam. As falas que dizem respeito ao aspecto positivo da prisão podem ser pensadas como um artifício utilizado pelas internas para corresponder a uma expectativa de um dos propósitos da instituição, o de modificar o comportamento do indivíduo.

As participantes da pesquisa também conseguiram, quando foram presas, tirar documento de identidade. Para conseguirem sair da prisão e ter acesso a demais benefícios no presídio, é necessário que sejam identificadas. A mulher que não possui a documentação também não poderá sair de trás



das grades, pois a partir do momento em que se torna parte de uma população, precisa conseguir ser vigiada, mesmo quando não estiver mais presa.

Considerações finais

Com este trabalho, tive intuito de contar as biografias das mulheres entrevistadas. As participantes da pesquisa fizeram parte do que nomeio como o povo da rua. Elas tiveram suas existências expostas a vulnerabilidades e marcadas por um longo período de vivência nas ruas. Não eram contadas pelos mecanismos que o Estado utiliza para governar e, conseqüentemente, não conseguiam o acesso a serviços básicos de subsistência.

É a partir do momento em que são presas que passam a ser contadas. Elas agora conseguem ser contabilizadas e entram para as estatísticas. A prisão é um espaço marcado por violações de direitos humanos e por uma constante vigilância, e é nesse ambiente que as mulheres entrevistadas se tornam população. É no presídio que também conseguem o acesso a serviços básicos que não tinham quando transitavam nas ruas, como moradia, documentação e alimentação. Suas trajetórias de vida, quando viviam nas ruas, eram tão precárias que o presídio funciona como uma “clínica de reabilitação”.

Apesar de suas existências terem sido contabilizadas e de agora serem controladas, seus corpos não são reconhecidos como vidas. Seus corpos agora possuem condições mais favoráveis para existirem, mas ainda não são as vidas dignas de luto. Para uma vida ser digna de luto, a importância da sua perda precisa ser sentida. A vida das entrevistadas não importa para o Estado e, apesar de agora elas serem captadas pelos mecanismos de poder, suas existências ainda não são enlutáveis. Elas saem da categoria de povo da rua e fazem parte agora da população carcerária, grupo que enfrenta diversas dificuldades relativas à falta de estrutura dos presídios brasileiros.

A precariedade da vida é agravada em relação às trajetórias das mulheres migrantes que não possuem documentos. Elas enfrentam desafios ainda maiores em relação às demais entrevistadas, pois estão presas em um estado distante do que nasceram e não possuem mais contato com a família, instituição que denota um *status* de reconhecimento sobre aquela existência.

Também enfrentam maiores dificuldades para tirar o documento de iden-



tidade, pois, para conseguir tal documentação, é necessário apresentar ou a certidão de nascimento ou a de casamento. O documento de identidade também demonstra a importância da filiação na cultura do país. Por exemplo, no registro geral (RG) o “nome dos pais é anotado, provendo informações sobre os laços de família” (DAMATTA, 2002, p. 47). As mulheres que não nasceram no Distrito Federal, por terem seus registros em cartórios distantes e por não terem um contato que pudesse enviar a certidão de nascimento, enfrentam maiores dificuldades em serem inseridas nesse sistema de controle.

Com este trabalho, pretendi demonstrar que é o Estado o principal detentor sobre o reconhecimento de vidas, pois seus mecanismos de poder atuam na construção dos afetos sobre determinadas existências (BUTLER: 2010). O Estado também atua na manutenção da vida humana, mas apenas das vidas que podem ser contabilizadas e, com isso, reconhecidas. As existências incontáveis, que estão à margem dos números, também ficam às margens da sociedade.

O intuito da pesquisa, além de dar visibilidades às biografias, foi o de trazer visibilidade para o estudo de presídios e de pessoas com trajetórias de rua dentro da Antropologia. O campo de estudo tanto sobre a rua quando sobre o cárcere é bastante complexo e de extrema importância para as vidas que se encontram nesses espaços. Ampliar o horizonte de trabalhos sobre esses assuntos é uma tentativa também de ampliar os limites dos marcos que estabelecem quais vidas importam, para que outras vidas sejam incluídas dentre as existências que podem ser reconhecidas.



Referências bibliográficas

BRASIL (2009); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. In Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Federal n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília.

BUTLER, Judith (2010). *Marcos de guerra*. Las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós.

_____ (2006). *Vida precária*: El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós.

DAMATTA, Roberto (2002). “A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos”. In *Anuário Antropológico*, 99: 37-64.

DINIZ, Debora (2013). *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil*: censo 2011. Brasília: Letras Livres.

SCOREL, Sarah (2000). “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In Marcel Bursztyn (org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Garamond: 139- 171.

FERREIRA, Frederico Martins Poley; MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. “Vidas Privadas em Espaços Públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte”. In *Serviço Social e Sociedade*, 90:102 – 121, 2007

FOUCAULT, Michel (2002). “Aula de 17 de março de 1976”. In *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France. Martins Fontes: 285- 315

_____ (2008). *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2005). “Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas”. In *Cadernos Metrópole*, 13: 199 – 228.

GIORGETTI, Camila (2006). *Moradores de rua: Uma questão social?* São Paulo: Fapesp, Educ.

GOFFMAN, Erving (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva S.A.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (2008). *Sumário Executivo sobre População em Situação de Rua*. MDS: Brasília.

PEIRANO, Mariza (2006). “De que serve um documento?”. In Moacir Palmeira; César Barreira (org.). *Política no Brasil: visão de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____ (1986). “Sem lenço, sem documento. Reflexões sobre cidadania no Brasil”. In *Sociedade e Estado*, EdUnB, 1:49-63.

PEIRANO, Mariza (2009). “O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. In *Horizontes Antropológicos*: 32.

SCHUCH, Patrice & GEHLEN, Ivaldo (2012). “A “situação de rua” para além de determinismos: Explorações conceituais”. In *A Rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática.

